

---

# Apresentação

*A produção prática de um mundo objetivo, a elaboração da natureza inorgânica é a confirmação do homem como consciente ser específico, isto é, como um ser que vê na espécie seu próprio ser e em si a espécie. Certamente também o animal produz; faz seu ninho ou constrói moradias, como as abelhas, castores, formigas etc. Só que (...) [o animal] produz somente sob o império da imediata necessidade física, enquanto que o homem o faz mesmo sem ela, e até que se tenha libertado da necessidade física não começa a produzir verdadeiramente (...). O animal não conhece outra medida e necessidade senão a da espécie a que pertence, enquanto que o homem sabe produzir com a medida de qualquer espécie e aplicar em cada caso um critério imanente ao objeto; daí que o homem modele segundo as leis da beleza.*

*Karl Marx, Manuscritos econômico-filosóficos (1844)*

Em seus *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, o jovem Marx, ao afirmar que o homem, diferentemente do animal, “sabe produzir com a medida de qualquer espécie e aplicar em cada caso um critério imanente ao objeto”, parece discernir os contornos daquilo que podemos nomear como *realismo*: a relação criativa, dinâmica e transfiguradora dos seres humanos com o mundo objetivo, na qual esses se realizam como sujeitos ao externarem suas forças essenciais na produção de um mundo material. Esse processo criador que transforma a objetividade circundante em um mundo social e humano exige, como critério primeiro, a atenção apaixonada e fiel à imanência do objeto mesmo. Somente com a apreensão mais acurada do ser dos objetos é possível reproduzi-los, transformá-los à medida das necessidades humanas e, também, superá-los: dando a eles um modo de existir ainda inédito, livre da necessidade física imediata da sobrevivência, suspendendo temporariamente sua utilidade e suas finalidades práticas, modelando-os “segundo as leis da beleza”, que regem o realismo artístico. Trata-se de realismo quando, no trabalho artístico, “a entrega incondicional à realidade e o desejo apaixonado de superá-la caminham juntos”<sup>1</sup>; o segundo não impõe à primeira um dever ser ideal, mas descobre “nos segredos da matéria dada” as possibilidades de adequação

---

<sup>1</sup> LUKÁCS, G. *Estética 1. La peculiaridad de lo estético*. Trad. de Manuel Sacristán. 4 v. Barcelona; México, DF: Grijalbo, 1982, v. I, p.227.

da objetividade natural ao gênero humano e de superação do estranhamento entre natureza e sociedade.

Assim, o realismo afirma a genericidade do ser humano – “um ser que vê na espécie seu próprio ser e em si a espécie” – como forma ontológica e histórica que desmistifica a oposição entre indivíduo e sociedade, imposta pelo subjetivismo canhestro da decadência própria dos limites do capitalismo e da vida reificada. O realismo configura a arte como força desfetichizadora, que confirma a centralidade da *ação* humana ao confrontar-se com o real, não para negá-lo ou deformá-lo, porém tampouco para aceitá-lo como algo imutável, morto e acabado, mas, sim, como processo vivo, posto em movimento pelas relações humanas ativas em seu interior. O realismo rompe com a fetichização ao evidenciar, sob a superfície imediata da realidade aparente, a ação humana, a exteriorização das forças essenciais e próprias dos seres humanos. Captando de modo intensivo a relação entre o essencial e o aparente, que se dá de formas novas e diversas no curso da história, o realismo não é uma questão exclusiva e extensivamente estética, mas, antes, radical e intensivamente estética, isto é, conecta-se intimamente à raiz das coisas, que, no realismo, é sempre o próprio homem, o gênero humano. Quando, na realidade concreta, não é possível fazer essa conexão entre a superfície da vida e sua raiz essencial, estamos diante da *vida morta*, fossilizada, da fetichização. Desse ângulo, é possível entrever o caráter decisivo da arte e do realismo para a vida do gênero humano no curso de seu desenvolvimento real e histórico.

Mas, em tempos hostis, quando a fetichização é tão intensa que parece ter congelado toda possibilidade de ação humana, cristalizada em mera convenção; e, ainda mais, quando o que parece triunfar para além da possibilidade é a ação desumana, hostil à vida em geral, qual a resposta da criação artística? Como “manter os olhos abertos a tudo e, apesar disso, amar a vida?” Se essa contradição da sociedade de classes, como diz Lukács (2010), exerceu por muito tempo “uma fecunda influência criadora”, quando as contradições se aprofundam e se reduzem a um “ou-ou sem saída, é que os escritores se encontram em face de um dilema trágico”. Como modelar o mundo segundo as leis da beleza, isto é, de forma realista? “Esta beleza é a perfeição de quê?”<sup>2</sup>

Em tempos hostis à arte e à sociabilidade humanizada, configurar a totalidade artisticamente será, então, uma forma de combate contra o mundo reificado, conduzido por forças autoritárias? A obra de arte será, desse modo, capaz de iluminar as contradições que o capitalismo impõe no início deste século XXI? No mundo do capitalismo em dimensão planetária, pode a arte configurar a totalidade, e não apenas configurar, mas também vislumbrar horizontes de superação? A retomada, hoje, dessas discussões, desde há muito centrais para a crítica estética dialética, indica a sua importância na atualidade e a necessidade de aprofundá-las, assumindo também a sua clara dimensão humana e

---

<sup>2</sup> Os trechos citados são extraídos de LUKÁCS, György. “Tribuno do povo ou burocrata?”. In: *Marxismo e teoria da literatura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 126–127.

social, sem a qual elas são meramente retóricas. Levando-se em conta a grandeza e a profundidade que a arte proporciona à inteligibilidade da história e da ação humana, principalmente em momentos em que a realidade impõe limites ao seu entendimento, torna-se imprescindível aprofundar a discussão acerca das contradições pretéritas ainda não resolvidas, dos desafios do presente e das perspectivas futuras, por meio de uma das maiores riquezas da produção humana: a arte, memória viva da humanidade, crítica da vida e modo de descobrir o núcleo da vida entre os mecanismos crescentes de alienação e opressão do ser humano.

Neste sentido, o conjunto de artigos que aparecem neste número da *Revista Cerrados* é dedicado à discussão dos limites e das possibilidades das formas artísticas, especialmente as literárias, no interior da sociedade capitalista e seus mecanismos de estreitamento opressivo e alienante, bem como a vislumbrar perspectivas de superação a partir da problematização e da figuração das contradições aprofundadas em conjuntura de rearranjo autoritário.

Os dossiês apresentados neste número da *Revista Cerrados*, “Realismo e atualidade: horizontes da criação artística em tempos hostis – Questões teóricas” e “Realismo e atualidade: horizontes da criação artística em tempos hostis – Questões de crítica literária”, resultaram das discussões realizadas, entre grupos de pesquisa do Brasil e da Argentina, durante o VI Colóquio Internacional “O realismo e sua atualidade”. O debate travado girou em torno das potencialidades crítico-realistas das configurações artísticas em processos históricos marcados por um inequívoco retrocesso das conquistas no terreno dos direitos humanos.

O primeiro dossiê, circunscrito a considerações preponderantemente teóricas, abarca essa preocupação geral. É dedicado à memória da prolífica obra de Livia Cotrim, que soube combinar um inesgotável trabalho militante em favor da emancipação humana e da superação das ilusões burguesas no interior das relações sociais com uma verdadeira justeza teórica para o desvelamento das dinâmicas objetivas que regem tais relações. Este primeiro dossiê se inaugura com um ensaio de Livia Cotrim acerca de uma conexão pouco abordada no estudo da obra de György Lukács: os vínculos entre suas teorias, jovem e madura, a respeito do cinema. Tal como sugere Cotrim, esse vínculo revela continuidades onde se costumam observar rupturas: a teoria lukácsiana do cinema não apenas constata uma posição radicalmente antidogmática e positiva em relação à grande arte de massas, mas também mostra que mesmo o jovem Lukács reconhecia nos modos de configuração cinematográficos formas utópicas de existência. O trabalho seguinte, de Salette de Almeida Cara, constitui uma instigante combinação com a penetrante análise de Cotrim: Cara interroga as formas pelas quais o cinema e o documentário brasileiro representam o modo peculiar da modernidade periférica.

Os artigos de Claudinei Cassio de Rezende, Hermenegildo Bastos e Renata Altenfelder Garcia Gallo tratam todos de algo que constitui a promessa constantemente não cumprida da modernidade: a formação do indivíduo livre. No primeiro, Rezende

investiga as origens da individuação moderna durante o Renascimento a partir do ponto de vista do surgimento de uma nova forma historiográfica e do desenvolvimento da autonomia da arte. Bastos, por sua vez, interpela o destino da arte no período da destruição do indivíduo sob a forma capitalista do valor; recorrendo, para tanto, às posições de Hegel e Marx sobre o fim da arte. Finalmente, Gallo examina configurações contemporâneas da distopia e questiona seus limites e possibilidades na sociedade capitalista.

Dois trabalhos enfocam o legado teórico de Karl Marx. É digno de nota que o primeiro deles, de Vera e Ana Cotrim, aproxima a obra do maior teórico da modernidade a discussões que ocupam lugar central na atualidade: as autoras abordam as concepções de Hegel e Marx sobre a relação homem–mulher. Em Marx, sustentam Ana e Vera Cotrim, a superação da família patriarcal está profundamente enraizada em uma concepção positiva da natureza e da sensibilidade. Com o mesmo teor não–dogmático e objetivo, Emiliano Orlante se interroga sobre as concepções do trabalho artístico no jovem Marx e o papel que estas desempenharam na formação de uma posição teórica própria, no contexto de dissolução da filosofia clássica alemã.

Diante da pergunta pela atualidade da teoria crítica, é sugestivo que as duas últimas contribuições deste dossiê voltado a questões teóricas discorram precisamente sobre uma das obras que Siegfried Kracauer dedicou à investigação da gênese dos fascismos europeus: *Jacques Offenbach e a Paris de seu tempo*. Assim, tanto Wilson Flores como Martín Salinas se perguntam pelos vínculos entre forma e conteúdo da “biografia social” de Kracauer: no caso de Flores, se trata de descobrir uma “forma híbrida” da ensaística do filósofo alemão; já o trabalho de Salinas, por sua vez, recupera elementos das análises de Carlos Eduardo Jordão Machado sobre a obra de Kracauer para assinalar suas afinidades com o gênero romance de artista, de larga tradição na literatura alemã.

O segundo dossiê aborda análises concretas. Destaca-se aqui o renovado interesse por fazer da consideração do problema dos gêneros literários uma posição metodológica. De maneira inequívoca se manifesta a potência crítica da perspectiva genérica no aporte de Miguel Vedda sobre a novela. Vedda questiona as leituras automáticas do conhecido ensaio de Walter Benjamin sobre a morte do narrador, para, em contraste com elas, buscar evidências formais da crise da narração na própria constituição moderna do gênero novela, precisamente aquele de que Benjamin se serve para buscar protótipos da narração tradicional. Ranieri Carli também aposta nas formas históricas da literatura para desenvolver seu artigo sobre Ernest Hemingway: Carli analisa os três primeiros romances do escritor norte–americano com o propósito de avaliar o desenvolvimento de uma forma de representação crítico–realista em cada um deles.

Mariela Ferrari contribui com um trabalho sobre a escritora alemã Christa Wolf e suas revisões do cânone oficial da, outrora, República Democrática Alemã: a perspicaz interpretação de Wolf sobre o primeiro romantismo alemão é recuperada por Ferrari para refletir sobre a potência do utopismo e a crítica feminista. Bernard Herman Hess continua

a recuperação das causas perdidas ao examinar, em seu trabalho, a produção crítica de Lukács durante seu exílio moscovita. Hess revela a perspicácia e a sutileza da análise do filósofo húngaro sobre a produção romanesca de Alexander Fadeiev.

Martín Koval analisa casos de uma configuração literária transgenérica chamada “narrativas de origem” para, a partir do romance fundador de Defoe, *Robinson Crusoe*, refletir sobre autopercepções da sociedade burguesa em formação, e abordar, pelo exame de *A costa dos mosquitos*, de Paul Theroux, as críticas ao fracasso do projeto liberal. A contribuição de Ana Laura dos Reis Corrêa, também editora deste número, retoma a discussão sobre a atualidade e a potência crítica do modo satírico de configuração literária em torno da figura do malandro. Para tanto, se ocupa do conto de Machado de Assis “Ideias de canário”. O aporte de Edvaldo Bergamo à análise dos vínculos sul-sul das frentes progressistas lança luz sobre a recepção que a obra de Jorge Amado teve na África lusófona durante a primeira metade do século XX. Bergamo examina o modo pelo qual a obra do escritor brasileiro foi articulada à luta de liberação de mulheres e homens negros espoliados. Fabiano Ferreira Costa Vale se debruça sobre o romance *Angústia*, de Graciliano Ramos, com o fim de desvelar criticamente dinâmicas autoritárias que persistem na cotidianidade brasileira, e Rogério Max Canedo empreende uma análise comparativa entre o conto “Maria Caboré”, de Ronaldo Correia de Brito, e o romance *O vendedor de passados*, de José Eduardo Agualusa. Talvez estabelecendo uma relação especular com o primeiro, este segundo volume do dossiê termina com uma análise de Daniele dos Santos Rosa sobre *Los siete locos*, de Roberto Arlt. Rosa destaca a representação arltiana da modernidade periférica como um espaço da ambiguidade, no qual a possibilidade de uma democratização radical coexiste com a ameaça da consolidação barbárica da catástrofe.

Cada tomo dispõe de uma sessão livre que, em certa medida, corresponde com o espírito do dossiê. Assim, na primeira delas, Tiago Costa discute elementos para uma determinação da autonomia artística na sociedade do espetáculo e Breno Góes e Izabel Margato propõem uma aliança fecunda entre a conceitualização arendtiana da esfera pública e a estética de Eça de Queirós. A sessão correspondente ao segundo tomo apresenta uma leitura original da narrativa de Gabriel García Márquez: André Luis de Oliveira e Edvaldo Bergamo discernem dinâmicas de *Ninguém escreve ao coronel* à luz de um conceito de romance histórico de traços lukácsianos. Finalmente, Tiago Marcenes Ferreira da Silva, Luciana Carvalho de Aguiar Simões e Máira Basso Motta apresentam um artigo sobre a obra de João Ubaldo Ribeiro *Viva o povo brasileiro*; se trata aqui de elucidar o substrato crítico-realista do romance.

Exemplo do trabalho conjunto entre as equipes da Universidade de Brasília e da Universidade de Buenos Aires são as duas traduções que encerram cada um dos volumes desta edição da *Cerrados*. No primeiro tomo, se publica pela primeira vez em castelhano um ensaio de juventude de Lukács: sua resenha, escrita em 1918, da obra *Sete contos maravilhosos*, de Béla Balázs. O breve ensaio do filósofo húngaro, precedido, para esta edição, por uma “Introdução” de Miklós Mesterházi, investigador do hoje fechado Arquivo

Lukács de Budapeste, encerra uma espécie de teoria do conto de fadas que se propõe como superação do *ethos* trágico e antecipa elementos significativos de sua estética tardia, assim como também prefigura fatores fundamentais de sua política cultural durante a breve República soviética húngara, em 1919. No segundo tomo, um ensaio de Miklós Mesterházi lança nova luz sobre um dos trabalhos mais criticados do Lukács da década de 1920: aquele que, na conclusão do livro *História e consciência de classe*, procura determinar o partido comunista como mediador da genuína liberdade do indivíduo. Mesterházi sustenta, convincentemente, que a argumentação de Lukács, longe de fornecer legitimidade à burocratização partidária, apresenta uma crítica desapiedada das formas miseráveis que espreitavam, e terminaram por capturar, a organização revolucionária.

Este número 52 da *Cerrados* é resultado de um trabalho comum caracterizado pela solidariedade e pela férrea convicção da necessidade da colaboração em tempos nos quais as relações democráticas se encontram sob constante ameaça e sofrem rupturas graves. Os editores agradecem a solícita disposição dos colegas que trabalharam nas avaliações de pares; sua inestimável ajuda assegurou o rigor intelectual das contribuições. Ademais, gostaríamos de demonstrar nosso reconhecimento à contínua dedicação daqueles que, solidariamente, atuaram na revisão dos textos e na diagramação deste número. Autores, avaliadores, revisores e editores deste número compartilham a firme compreensão contida em uma das frases favoritas do velho Lukács, advinda da *Farsália*, de Lucano: *victrix causa diis placuit sed victa Catoni* – a causa vitoriosa foi agradável aos deuses, mas a dos vencidos agradou a Catão.

Ana Laura dos Reis Corrêa  
Francisco García Chicote

Brasília - Buenos Aires  
Março de 2020